



ERGUER A LUTA PELA BASE CONTRA AS MEDIDAS DE TARCÍSIO E DO GOVERNO DE FRENTE AMPLA LULA/ALCKMIN

Todos à greve do dia 28/11

A crise capitalista leva a burguesia e seus governos a destruírem os serviços públicos, com as privatizações e terceirizações, dessa forma é possível arrancar dos mais pobres, que utilizam os serviços públicos, e dar aos mais ricos. Isso se faz numa tentativa de frear o curso da crise estrutural do sistema. É por isso que o governo burguês de Frente Ampla de Lula/Alckmin

impôs o Arcabouço Fiscal, a reforma tributária, que continua a impor pesados impostos aos explorados. É por isso que Lula não reverteu, nem vai reverter as contrarreformas de Temer e Bolsonaro, ao contrário, é obrigado a aprofundá-las, vide a reforma administrativa que o governo prepara. É por isso que o governo Tarcísio tenta privatizar o que restou da Sabesp, Metrô e CPTM. É também por

isso que Tarcísio/Feder querem reduzir as verbas da educação paulista, de 30% para 25%, o que acarretará numa maior destruição do ensino público.

Diante dessa situação, é preciso que os sindicatos e centrais rompam com a política de conciliação de classes e eleitoreira de pressão no parlamento burguês das direções burocráticas, e ergam as bases para lutar contra todas essas medi-

das que têm destruído os serviços públicos. Que se organizem os comitês de lutas, para lutar em unidade contra as privatizações, terceirizações e os cortes de verbas públicas. •

Pela preparação nas bases de uma greve geral contra as privatizações e terceirizações dos distintos governos!

O concurso é usado pelo governo para a demissão de uma parcela dos professores contratados

O governo soltou recentemente o resultado preliminar do seu falso concurso. Como dissemos nas visitações às escolas, o governo o usará para impor a demissão de uma parcela dos professores da chamada categoria O. Muitos professores foram eliminados do processo, por terem "zerado na etapa do vídeo/aula". Como já prevíamos, esse seria o macete que o governo usaria para deixar de fora uma parcela da categoria. Um completo absurdo, existem denúncias de professores que fizeram o mesmo vídeo para duas provas, e tiveram notas diferentes, professores que seguiram os mesmos roteiros para a falacioso vídeo/aula, e um passa e o outro não. Está

evidente que o governo usou esse critério ultra subjetivo para eliminar uma parcela destes professores, 70 mil, aproximadamente.

Os professores contratados convivem já há quase 20 anos com essa política precária de contratação. A direção do sindicato concilia com os governos, ao defender concurso para os professores que já estão há anos como contratados, já trabalham, não precisam provar que já sabem fazer o que fazem. É por isso que defendemos a imediata efetivação desses professores, essa é a única saída que garantirá o emprego a todos esses trabalhadores, que sofrem com a falta da estabilidade no emprego. A direção sindical tem

a obrigação de trabalhar pela unidade entre efetivos, categoria F e contratados, para em luta derrubar esse concurso de mentira. •

Que o sindicato assuma a bandeira de efetivação de todos os professores categoria O e construa a luta para arrancá-la do governo! Que nenhum professor fique sem aulas, pela escala móvel das horas de trabalho (divisão de todas as aulas aos aptos a ministrá-las)!

O Problema das atribuições de aulas manipuladas

O governo Dória/Rossielle se aproveitou da Pandemia para impor atribuições online. De lá para cá, Tarcísio/Feder continuou com essa modalidade, porque ela deu ao governo total controle sobre as atribuições. Os supervisores e diretores passaram a atribuir as aulas segundo o perfil, deixando para trás uma longa tradição

da luta dos professores, que sempre lutaram por atribuições transparentes. Com a nova carreira, instituída pela lei 1374/2022, o governo impôs a resolução 85/2022, que alterou profundamente os critérios de atribuição, impondo seu processo online, e quebrando outra conquista do magistério, que era a atribuição por tempo

de serviço, e a impondo por jornada, mesmo que agora o governo diga que a jornada comporá 10% dos critérios, continuamos a lutar por uma atribuição por tempo de serviço.

Para piorar, o governo agora coloca outros critérios (Resolução SE 47 de 01/11/2023) como os cursos e trabalhos nas escolas em 10%, para

forçar os professores a fazerem a lavagem cerebral da política privatista. A titulação, que sempre existiu, ficará também em 10%, para o critério de atribuição. Outro critério absurdo que o governo pretende impor é o da assiduidade do professor, 25% dos critérios. Nos últimos anos, os seguidos governos vêm fazendo de tudo para impedir as faltas dos professores, restringiu as faltas médicas, impôs a contratação precária, reduzindo as faltas e impondo as demissões, retirou as abonadas, porém, as condições

de trabalho cada vez mais terríveis têm adoecido ainda mais os professores, que são obrigados a faltar, para tentar cuidar da saúde, já que até o serviço de saúde do servidor, o IAMS-PE, vem sendo desmontado.

Na capital, e em várias cidades do estado em que a municipalização não avançou, muitos professores PEBI têm turmas atribuídas e foram obrigados a fazer o concurso, para terem classificação em disciplinas qualificadas, comprovando que o concurso foi processo seletivo. Quem não fez o concur-

so, será obrigado a realizar inscrição no registro emergencial. Durante o período de inscrição do concurso, a Seduc o impôs como obrigatoriedade de inscrição, mesmo sem constar no edital. Comprova-se mais uma vez que a efetivação dos professores contratados não é prioridade, é preciso construir a luta também nesse setor, para impedir o autoritarismo do governo. ●

Por atribuições presenciais, com a classificação pelo tempo de serviço e presencial!

A novela das APDs, as demissões e o autoritarismo nas escolas

O magistério, ao longo de todo esse ano, foi acuado pela política privatista de Tarcísio/Feder, e é cada vez maior a pressão e opressão sobre os professores por resultados, para que façam as tarefas nas plataformas dos computadores, que são vendidos pela empresa Multilaser, que pertence ao Secretário. O espertalhão mandou retirar os livros do ensino médio das escolas, para forçar o uso das mídias para encher as escolas com os seus computadores vendidos a um preço de ouro.

Com a ampliação das jornadas com as malditas APDs, os professores contratados têm adoecido mais que antes, obrigando-os a faltarem mais, o governo,

por sua vez, vem ampliando as demissões contra esses professores. Não existe qualquer preocupação com os alunos, que geralmente ficam nos pátios ou nas salas, em aulas vagas. A direção do sindicato continua a ser enrolada (tentando conciliar com o governo uma saída pacífica que sirva aos seus interesses). O governo, sempre que se reúne com a direção, diz que o projeto de lei está em vias de ser enviado para a ALESP; desta vez, o governo falou em 15 dias. Sem lutas, essa novela pode demorar a acabar. Como forma de atrair os professores contratados para a eleição do sindicato, de forma matreira, a direção do sindicato soltou um dia antes do pleito que as

APDs haviam caído por uma liminar na justiça, mas até hoje nada. Oprimidos pela pressão da jornada estafante, os professores esperam sem muitas expectativas. Não podemos cair na enganação de APDs, pois, mesmo sendo em local de livre escolha, o governo vai continuar controlando os professores pelos cursinhos nos aplicativos. Nossa defesa deve ser a do ATPL da carreira antiga.

Para completar o absurdo, o governo, percebendo o maior adoecimento dos professores, passou a controlar as faltas médicas por aplicativos, e passou a exigir perícia médica aos professores contratados a partir do segundo dia, e obrigando-os a marcarem as perí-

cias em 24 horas, para que o governo possa ampliar os cortes de dias dentro dos atestados. O que já era prática, agora é apurada.

Nas escolas, sobretudo nas PEIs, não páram as denúncias de autoritarismo por parte dos diretores, que usam a avaliação 360 como chicote contra os professores. Nessas escolas, os professores reclamam da quantidade gigantesca de burocracias que devem cumprir, e da pressão da gestão, que é permanente. ●

Pelo fim das APDs, contra as medidas que impedem os professores de se ausentar para se tratarem!

Uma direção que abandonou os professores à própria sorte, e impõe sua política de conciliação no parlamento burguês, espaço das derrotas

A direção burocrática da Apoeesp faz de tudo para desviar qualquer luta das bases para o parlamento. A substituição das greves, paralisações, bloqueios das avenidas e ocupações (ação direta), pela pressão no parlamento ou por processos na justiça burguesa, cada vez mais vem abrindo o caminho para o governo continuar com o pé na cabeça do magistério paulista. Desde que a então presidente do sindicato se elegeu como deputada estadual, pratica-se a imposição da política de "pressão parlamentar" e da "luta na justiça", como se não guardasse o seu caráter de classe burguesa, e o magistério só vem amargando derrotas. Foi assim na reforma da Previdência, foi assim com a impo-

sição da falsa nova carreira, e foi assim com a reforma administrativa. Maria Isabel, ao ser reeleita como deputada com o dobro dos votos, se aproveita da ilusão na democracia parlamentar que muitos professores confiam que assim podem impedir o governo de avançar em sua política de destruição da educação. Não é à toa que se aproveitou do Congresso do Sindicato, em setembro deste ano, para informar oficialmente a sua pretensão de disputar o cargo de prefeita de sua cidade, Piracicaba, e também para dizer que o primeiro presidente Fábio também será candidato nas próximas eleições.

Como podemos ver, está claro que a direção do sindicato não dá a mínima para os problemas dos professo-

res. É por isso que temos de erguer as lutas pelo chão-de-escola, resgatando o magistério como força social, que seja capaz de passar por cima das manobras da direção, e impor ao governo suas reivindicações. Nesse sentido, é urgente a pressão para que haja reunião de representantes nas subsedes, e que exijam com urgência uma nova assembleia, para que a categoria possa dar respostas, não só aos problemas das privatizações, mas também aos demais problemas elencados neste boletim. ●

Construir as lutas pelo chão-de-escolas, nada de burocracia decidindo o destino dos professores com acordos no parlamento!